

OPERAÇÃO DENNIS

Empresários suspeitos receberam 2,7 milhões de euros

Rede suspeita de criar empresas fictícias para receber fundos comunitários do 'Portugal 2020' foi desmantelada.

No âmbito da 'Operação Dennis', revelada em primeira mão pelo Jornal Económico, a Polícia Judiciária (PJ) confirmou o desmantelamento de um alegado esquema que visaria a criação de empresas fantasmas com o objetivo de emissão de faturas fictícias para obtenção de fundos comunitários.

Estas candidaturas somaram cerca de 35 milhões de euros, num valor aprovado superior a 20 milhões de euros, tendo já a associação criminosa recebido das entidades competentes subsídios no valor de cerca de 2,7 milhões de euros, tal como o JE avançou nesta quarta-feira, 12 de dezembro.

A Operação Dennis, no decurso das 35 buscas realizadas, nesta semana, levou à detenção de "cinco indivíduos, todos empresários, quatro do sexo masculino e um do sexo feminino, e com idades compreendidas entre os 38 e os 73 anos, fortemente indiciados pelos referidos crimes".

A PJ confirma que estão em causa suspeitas dos crimes de associação criminosa, fraude na obtenção de subsídio, fraude fiscal qualificada, branqueamento, recebimento indevido de vantagem e participação económica em negócio. Em comunicado, avançou que, de acordo com o apurado até ao momento pela investigação, desenvolvida pela Polícia Judiciária em articulação com a Autoridade Tributária (Direção de Finanças do Porto), "esta associação criminosa criou e geriu um conjunto de sociedades comerciais, com o recurso a "testas de ferro", visando ocultar os verdadeiros administradores e despistar eventuais fiscalizações por parte das entidades competentes".

Para a PJ, tal conduta teve como finalidade a emissão de faturação fictícia entre essas sociedades comerciais, no intuito de aumentar de forma substancial o valor do IVA a receber do Estado e evidenciar um volume de negócios que não correspondia ao real. Mas, frisa, principalmente permitiu que outras sociedades, dominadas pela associação criminosa, apresentassem candidaturas a fundos comunitários, no âmbito do programa de apoio comunitário Portugal 2020".

Relativamente ao IVA e IRC, com o circuito fechado de faturação presumivelmente fictícia, este grupo de sociedades terá obtido ainda um crédito fiscal de cerca de 1,9 milhões de euros.

Este esquema tinha o intuito de criar faturação fictícia para justificar despesas e, através delas, permitir candidaturas a fundos comunitários do 'Portugal 2020', nomeadamente fundos para a internacionalização e modernização industrial.

A operação policial envolveu cerca de 100 elementos, incluindo a participação de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, investigadores da Diretoria do Norte e do DIC de Braga da Polícia Judiciária e Inspetores Tributários da Direção de Finanças do Porto da Autoridade Tributária.

No decurso da operação policial, foram apreendidas várias viaturas automóveis, equipamentos informáticos e telemóveis, além de variada documentação de natureza contabilística e fiscal. ●

**Estão em causa
suspeitas dos crimes
de associação
criminosa, fraude na
obtenção de subsídio,
fraude fiscal
qualificada,
branqueamento,
recebimento indevido
de vantagem e
participação
económica em
negócio**